

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CURSO DE FILOSOFIA**

**A FORMAÇÃO MORAL DO HOMEM E DO CIDADÃO SEGUNDO A FILOSOFIA  
DE ROUSSEAU**

**NELSON ANTONIO PETRIW**

**CURITIBA**  
**2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**A FORMAÇÃO MORAL DO HOMEM E DO CIDADÃO SEGUNDO A FILOSOFIA  
DE ROUSSEAU**

**CURITIBA**

**2011**

**NELSON ANTONIO PETRIW**

**A FORMAÇÃO MORAL DO HOMEM E DO CIDADÃO SEGUNDO A FILOSOFIA  
DE ROUSSEAU**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Filosofia da Educação – Ética, Política e Educação, do Setor de Educação da UFPR, como requisito à obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Celso Pinheiro

**CURITIBA**

**2011**

NELSON ANTONIO PETRIW

A FORMAÇÃO MORAL DO HOMEM E DO CIDADÃO SEGUNDO A FILOSOFIA DE  
ROUSSEAU

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Filosofia da Educação – Ética, Política e Educação, do Setor de Educação da UFPR, como requisito à obtenção do título de Especialista.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Orientador: Prof. Dr. Celso Pinheiro  
Universidade Federal do Paraná

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Karen Franklin da Silva  
Universidade Federal do Paraná

---

Prof. Dr. Udo Baldur Moosburger  
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 23 de Novembro de 2011

## SUMÁRIO

RESUMO .....	6
INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I	
1 O ESTADO DE NATUREZA .....	9
1.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS ASPECTOS CONSTITUTIVOS DO HOMEM NATURAL .....	12
1.2 ASPECTOS FÍSICOS E MORAIS.....	13
CAPÍTULO II	
2 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE NATUREZA E A CIVILIZAÇÃO .....	17
2.1 MORAL E BONS COSTUMES.....	21
2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O HOMEM SOCIAL .....	26
CAPÍTULO III	
3 A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO MORAL DO HOMEM E DO CIDADÃO .....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS .....	42

## RESUMO

### A FORMAÇÃO MORAL DO HOMEM E DO CIDADÃO SEGUNDO A FILOSOFIA DE ROUSSEAU

O objetivo deste trabalho é refletir como se dá a formação moral do homem e do cidadão na perspectiva de Rousseau. O presente estudo consta de três capítulos: no primeiro fazemos uma reflexão sobre o estado de natureza, com o intento de verificar a maneira como o autor descreve o homem primitivo, sua formação, sua relação com a natureza, e em que medida o progresso da vida social interferiu na decadência moral do homem natural. Rousseau imaginou um estado hipotético, anterior ao estado social, no qual o homem vivia de forma simples, em sintonia total com a natureza e, a partir disso, delineou o perfil do homem concluindo que este era bom, ou seja, que o homem era capaz de ser justo por trazer em seu coração a bondade natural, atributo inscrito em seu coração. No segundo capítulo abordamos a relação entre natureza e civilização, a fim de constatar em que medida a vida em sociedade interferiu na constituição do homem primitivo. No terceiro capítulo, analisamos a formação moral do homem e do cidadão, especialmente na obra *Emílio*, com o escopo de mostrar como proceder para que o processo de formação seja eficaz e que realmente possa formar o homem em todos os seus aspectos, tornando-o apto para a vida em sociedade e responsável pela sua própria vida e seu destino. O respeito pela natureza humana e uma educação fundamentada na liberdade é o caminho – assim o pensamos – proposto pelo filósofo para que de fato aconteça a transformação do homem e da sociedade.

Palavras-chaves: – homem natural - estado de natureza –moral – bondade - compaixão.

#### ABSTRAKT:

#### THE MORAL FORMATION OF MAN AND OF THE CITIZEN ACCORDING TO ROUSSEAU'S PHILOSOPHY

This study aims at reflecting on the way the moral formation of man and of the citizen as well occurs in Rousseau's perspective. It unfolds through three chapters: in the first chapter we analyze the state of nature and the way Rousseau describes the primitive man, that is, his formation, his relation with nature and how the progress of life in society contributed to the moral decadence of the natural man. Rousseau idealized a hypothetical state, prior to the social state, in which man lived in a very simple manner, that is, in harmony with nature. From this, the philosopher outlined a profile of man and concluded that he was good or, more exactly, that he was capable of being just, for he bore, inscribed on his heart, a natural goodness. In the second chapter we consider the relation between nature and civilization in order to verify to what extent life in society interfered in the primitive man's constitution. In the third chapter we examine the moral formation of man and of the citizen as well, specifically in the work *Émile*. Here, we intend to show how one has to act in order that the process of formation be efficient and can educate man in every aspect of his existence. In other words, how man can become able to live in society and be responsible for his own life and destiny. Therefore, we think that the respect toward human nature, and an education based on liberty, is the way proposed by the philosopher in order to reach the transformation of man and of society as well.

**Keywords:** natural man, state of nature, morals, goodness, compassion.

## INTRODUÇÃO

Segundo Rousseau, é necessário estudar a sociedade pelos homens e os homens pela sociedade. Se alguém desejar tratar separadamente a política e a moral não entenderá jamais nenhum dos dois. Em seus escritos, o autor não deixou somente a imagem de uma época, mas, sobretudo, a ideia de um futuro em que ele acreditava. Assim, a proposta pedagógica do filósofo genebrino é expressa principalmente na obra *O Emílio*, na qual o autor imaginou seu aluno ideal e onde em cinco livros esboça um projeto educacional que proporcione uma formação integral ao homem.

Os quatro primeiros livros seguem as diferentes fases da vida do educando: bebê, criança, adolescente e adulto, e no quinto livro trata particularmente da esposa. Rousseau se aplicou muito mais aos problemas gerais e universais da educação. E, dentre os problemas principais, ele escolheu aquele que é independente de quaisquer diferenças: a humanidade de que todos participam. Por isso, como veremos no decorrer deste estudo, a educação interessa para ele enquanto parte de algo mais abrangente. Assim *O Emílio*, além de ser um tratado sobre a educação, é também um estudo filosófico sobre o homem e a sociedade. E por ter considerado a educação do homem por seus aspectos mais universais, a sua obra é sempre atual.

Também é importar ter sempre presente que, devido à profundidade e a extensão da análise de Rousseau a respeito do homem e tudo o que se refere a este, muitas pesquisas podem ser feitas dentro da obra do pensador, especialmente no *Emílio*. Tendo consciência da extensão e profundidade do pensamento de Rousseau, com este estudo pretendemos percorrer a obra do filósofo com objetivo de demonstrar como o pensador delinea os caminhos da educação para uma verdadeira formação moral do homem e do cidadão. Somos, ao mesmo tempo, cientes dos limites do nosso estudo.

O conceito de natureza é fundamental para entender a obra de Rousseau, bem como sua análise da educação, pois formar o homem livre é respeitar aquilo que é mais natural no ser humano. Formar o homem e o cidadão significa, antes de tudo, encará-lo como devendo tornar-se sujeito e dono do seu próprio destino, é esperar que cada

homem, em princípio, seja capaz de pensar por si, ou melhor, por conta própria, guiado não por forças externas a ele, mas pela sua capacidade racional.

Para que isso acontecesse, Rousseau considerava que era necessário que a educação levasse em conta o homem tal como ele é, mas que ao mesmo tempo fosse voltada para uma ética e uma política, visando a uma concepção do homem ideal e da sociedade na qual ele deve integrar-se. Para o pensador, isso acontecerá na medida em que a educação ou o processo de formação respeitar os ditames da natureza do educando, como ele escreve em várias passagens do *Emílio*.

Assim, neste trabalho, cujo intuito é melhor entender a obra de Rousseau, especialmente sua proposta de formação, nós não somente nos voltamos para *O Emílio*, mas também achamos imprescindível a consulta de outros livros do filósofo para, deste modo, conseguirmos alcançar a nossa meta.

Analisamos inicialmente o estado de natureza, pois este é um dos temas centrais para entender a proposta formativa de Rousseau. Em seguida, o estudo faz uma análise da relação entre natureza e civilização e conclui com uma breve análise sobre a educação e a formação moral do homem e do cidadão.

## CAPÍTULO I

### 1 O ESTADO DE NATUREZA

A história da humanidade e da própria filosofia revela que muitos filósofos trataram do estado de natureza, mas Rousseau procura dar uma característica própria ao homem em tal estado através de um movimento que vai do real ao imaginário. O próprio autor constata que aqueles que tinham estudado o estado de natureza partiam sempre do homem em sociedade e usavam palavras inerentes ao homem social para falar do homem primitivo. Fortes, comentando a respeito dessa crítica, diz: “Quase todos, diz Rousseau, falando sem cessar em carência, avidez, opressão, desejos e orgulho, transportam para o estado de natureza idéias que tiraram da sociedade e, falando do homem em sociedade, estavam pintando o homem civil” (1989. p. 44).

Para Jean-Jacques Rousseau, o estado de natureza abrange um período em que o homem é naturalmente bom: "A terra abandonada a uma fertilidade natural e coberta por florestas imensas, que o machado jamais mutilou, oferece a cada passo, provisões e abrigos aos animais de qualquer espécie" (1997, p. 244).

O homem primitivo é bom porque, como podemos ver em Starobinski (1991, p. 37), não é bastante ativo para fazer o mal. Isso porque num horizonte limitado do estado de natureza, o homem tem uma vida de equilíbrio e de harmonia que não o opõe ainda ao mundo e nem a ele próprio, ou seja, ele ainda não conhece as duas forças que mais tarde serão a causa da dissolução desta harmonia primeira do homem; ainda não conhece o trabalho que o oporá à natureza e nem a reflexão que o oporá a ele mesmo e aos seus semelhantes. Essa realidade é expressa por Rousseau (1997, p. 66) nesta passagem do segundo *Discurso*:

Seus desejos não ultrapassam de modo nenhum suas necessidades físicas. Sua imaginação não lhe pinta nada; seu coração não lhe pede nada. Suas módicas necessidades se acham tão facilmente sob sua mão, e ele está tão longe do grau de conhecimento preciso para desejar adquirir outras maiores que não pode ter previdência, nem curiosidade. Sua alma, que nada agita, entrega-se apenas ao sentimento de sua existência atual.

Assim, o estado de natureza é delineado por Rousseau como um momento em que os homens, como seres primitivos, viviam vagando pela terra, em número muito reduzido, com pouca ou nenhuma necessidade de relacionamento entre si. Para Rousseau havia uma incomunicabilidade relacional entre eles: "Ele (o homem) vivia em estado de isolamento e sem ter necessidade de recorrer a qualquer esforço para arrancar de uma natureza pródiga os frutos necessários à sua sobrevivência" (FORTES, 1989, p. 54).

Por isso o homem, vivendo de certo modo uma suficiência perfeita, não tinha necessidade de transformar o mundo para satisfazer suas necessidades. Aliás, estas aparecerão com o surgimento da sociedade organizada, a qual marcará também a dissolução do homem primitivo, afastando-o do contato com a natureza. No estado primeiro ou natural, o homem vivia na esfera do imediato, o que equivale a dizer que vivia no instante presente sem preocupar-se com o passado e/ou com o futuro.

No estado de natureza, o homem encontrava-se em contato com ela e esta representava para ele sua fonte de vida. O homem natural estava livre dos males e da doença porque estas são resultado de uma vida sem esforços no estado de sociedade, o que o conduz ao encontro com os males. No estado de natureza, o homem tinha apenas que lidar com dois problemas: "feridas e velhice". Assim, "fica-se bastante inclinado a crer que com facilidade se faria a história das doenças humanas segundo as das sociedades civis" (ROUSSEAU, 1997, p. 247).

Rousseau (1997:246-247) atesta que o alimento natural proporciona ao homem uma vida saudável. Entretanto, os homens se encontram afogados em males que seriam evitados mediante sua permanência na mais perfeita naturalidade de vida. Por isso, ele afirma:

A extrema desigualdade na maneira de viver; o excesso de ociosidade de uns; o excesso de trabalho de outros; a facilidade de irritar e satisfazer nossos apetites e nossa sensualidade; os alimentos muito rebuscados dos ricos, que os nutrem com sucos abrasadores e que determinam tantas indigestões, a má alimentação dos pobres, que frequentemente lhes falta (...), são, todos, indícios funestos de que a maioria de nossos males é obra nossa e que teríamos evitado quase todos se tivéssemos conservado a maneira simples, uniforme e solitária de viver prescrita pela natureza.

Outra característica a ser destacada é que neste estado inicial, imaginado por Rousseau, o homem vivia tal como veio ao mundo e não era munido de armas. As suas relações com os outros se restringiam ao necessário para a sua existência, não tinha nenhum vínculo com os outros homens, bem como nenhuma comunicação. Eles confundiam-se com a própria natureza, tal como o filósofo destaca na seguinte passagem: “No estado natural domina o silêncio da origem, no qual não há nada a dizer, onde a natureza é a única existência-linguagem silenciosa dos gestos, onde a própria voz é muda, pois não representa a natureza, mas identifica-se com ela”. (STAROBINSKI, p. 68) Porque tudo dela ele recebia, como no paraíso, somente usufruíam daquilo que a natureza lhes proporcionava, isto é, dos frutos naturais.

Ao estudar o estado de natureza, pode-se notar que Rousseau o caracteriza como a fase de absoluta ausência de qualquer vestígio de cultura e de vida desregrada, momento em que o homem é compreendido como um ser íntegro e despreocupado com a questão de sua origem e do seu fim. Vive segundo aquilo que a natureza estabelece e, de acordo com o entendimento do pensador, apenas dois aspectos faziam o homem temer: a dor e a fome. Mas estes são muito raros, porque os homens eram munidos de coragem e suportavam a dor. Quanto à natureza, devido à sua abundância de alimentos, saciava a fome dos seres em geral.

Todo o conforto que os homens possuíam era proveniente da natureza; não tinham consciência de sua existência; não pensavam no seu ser; viviam uma fase em que o conhecimento era limitado apenas às sensações e por isso não distinguiam o perceber do sentir; não eram capazes de observar nem de contemplar a natureza. Tudo isto pode ser visto neste fragmento de Rousseau (1997, p. 251):

O espetáculo da natureza, por muito familiar, torna-se-lhe indiferente; e é sempre a mesma ordem, são sempre as mesmas revoluções; não possui espírito para espantar-se com as maiores maravilhas e não é nelas que se deve procurar a filosofia de que tem necessidade para saber observar por uma vez o que se viu.

O homem, nesse estado, como mencionado acima, levava uma vida de total harmonia com a natureza e por esta razão nada influía nem acrescentava nada a ela, apenas dela recebia sem em nada transformá-la ou modificá-la. As transformações da

natureza aconteciam com o advento da vida em sociedade e com todas as necessidades criadas pela vida social.

## 1.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS ASPECTOS CONSTITUTIVOS DO HOMEM NATURAL

Já no início do segundo Discurso, Rousseau (1997, p. 241) diz:

E do homem que devo falar e a questão que examino me diz que vou falar a homens, pois não se propõem questões semelhantes quando se tem medo de honrar a verdade. Defenderei, pois, com confiança, a causa da humanidade perante os sábios que me convidam a fazê-lo e não ficarei descontente comigo mesmo se me tornar digno de meus assuntos e de meus juízes.

Deste modo, Rousseau delinea suas reflexões e volta o seu olhar para as questões do ser humano: perda da igualdade e da liberdade, a corrupção dos costumes e o nascimento dos vícios, entre outras. Destarte, ele parece colocar o homem diante de si mesmo, confrontando-o com a sua realidade e por vezes dar a entender que o homem é ele mesmo. Devido a algumas circunstâncias naturais, ele é o responsável pela desigualdade, uma vez que se trata de um ser racional e livre.

Na passagem seguinte, Rousseau (1997, p. 243) declara: "Oh! homem, de qualquer região que sejas, quaisquer que sejam tuas opiniões, ouve-me; eis tua história como acreditei tê-la lido não nos livros de teus semelhantes, que são mentirosos, mas na natureza que jamais mente".

Assim, o pensador ousa sustentar algumas ideias sobre a natureza da humanidade em presença dos intelectuais de seu tempo. Esse convite é lançado através da interrogação que os intelectuais lhe dirigem com o intuito de saber se as diferenças sociais eram permitidas pela lei da natureza.

Diante disso Rousseau tem como meio para responder à questão a própria natureza, uma vez que encontra nela sinais para suas respostas e para suas reflexões. Ele entende que a natureza oferece-nos toda a realidade das coisas, é ela que oferece ao homem o que tem de melhor e de mais grandioso.

Na concepção de Rousseau, no estado de natureza o homem tem a facilidade de satisfazer suas necessidades vitais. Rousseau sustenta essa concepção a partir de dois motivos: de um lado, a opulência da própria natureza, que concede ao homem todas as coisas de que este necessita e, de outro lado, este mesmo homem possui poucas necessidades, o que lhe assegura uma vida harmoniosa no estado primitivo.

## 1.2 ASPECTOS FÍSICOS E MORAIS

No estado em que o homem se encontrava antes da instituição da sociedade – conforme o *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os homens* – existiam a liberdade e a igualdade entre todos. Por isso, em tal estado, uma pessoa apercebia-se do simples prazer da existência como uma coisa que vive e sente, libertava-se de todo o esforço em prol do progresso e do sucesso.

Aparece assim uma evidente ambigüidade. Por um lado, Rousseau exalta as qualidades do homem natural. Este é tudo que o homem civilizado não é: suas necessidades eram poucas, ele levava uma vida simples, dispensava as convenções da sociedade, não era dependente de outros e de instituições. Mas a evolução da sociedade, conforme a tese do filósofo, não torna possível um simples retorno a essa vida idílica. Por isso, como veremos posteriormente, a educação de Emílio será voltada para viver em sociedade, e que, por mais perfeito que seja o contrato que a rege, esta não está isenta de vícios do próprio progresso. Esta é uma marca do homem civilizado para Rousseau: um homem em luta consigo mesmo.

Rousseau (1997, p. 51) diz conceber na espécie humana dois tipos de desigualdades: uma que chamou de física ou natural e outra proveniente de uma espécie de convenção, a qual ele denominou de desigualdade moral ou política. De sorte que:

Concebo, na espécie humana, dois tipos de desigualdades: uma que chamo de natural ou física, por ser estabelecida pela natureza e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito e da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo

consentimento dos homens. Esta consiste nos vários privilégios de que gozam alguns em prejuízo de outros, como o serem mais ricos, mais poderosos e homenageados do que estes, ou ainda por fazerem-se obedecer por eles.

A primeira desigualdade se refere às qualidades físicas do homem, "que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito e da alma" (ROUSSEAU, 1997, p. 241). Portanto, trata-se das desigualdades naturais e por isso não há possibilidade de serem negadas e também não se constituem em qualquer espécie de mal ao homem.

Entretanto, a segunda "consiste nos vários privilégios de que gozam alguns em prejuízo de outros, como o serem mais ricos, mais poderosos e homenageados do que estes, ou ainda por fazerem-se obedecer por eles" (ROUSSEAU, 1997, p. 241). A esse tipo de desigualdade Rousseau se opõe, porque, no seu modo de entender, a natureza não determina nenhuma autoridade a um homem para deliberar sobre as ações dos demais.

Ao examinar essas concepções das desigualdades identificadas por Rousseau, deduzimos que sua preocupação não é a de demonstrar a fonte da desigualdade natural nem de estabelecer relações entre elas. O que o nosso pensador tem como meta é: "De assinalar, no progresso das coisas, o momento em que, sucedendo o direito à violência, submeteu-se a natureza à lei; de explicar por que encadeamento de prodígios o forte pôde resolver-se a servir ao fraco, e o povo a comprar uma tranquilidade imaginária pelo preço de uma felicidade real" (1997, p. 241).

De certo modo, ao falar das desigualdades, o filósofo fala daquilo que sofreu na sua própria vida. Ele não se lamenta em ter de prover sua vida com pequenos ganhos, mas quer demonstrar que no estado presente da sociedade, uma existência digna e moralmente justificada só é possível nos confins da indigência. Com este modo de comportar-se, oferece o exemplo da verdadeira norma, através da qual os seus leitores e também seus opositores ver-se-ão obrigados a conhecer a si mesmos sob uma luz acusadora.

Para tratar da questão humana, Rousseau compreende que é necessário conhecer o homem desde os seus primórdios, conforme o comentário de Salinas (1987, p. 43-44): "Para Rousseau, é preciso ir até a essência do homem para poder julgar sua

condição atual, conhecer o homem em sua natureza essencial é ir além do existente daquilo que está historicamente dado, e ir em busca de um estado inexistente". Assim, Rousseau sai em busca do processo do desenvolvimento e da transformação do homem, investigando o homem no seu estado natural.

Por isso, segundo Starobinski (1991, p. 296), a história com a qual se ocupa o nosso filósofo não é aquela com a qual se ocupam os historiadores. De modo que:

Não falará dos impérios nem de seu destino. Ele toma distância; decidiu olhar as coisas de longe. Tendo a Academia de Dijon proposto uma questão de direito político, Rousseau quis conter-se nos limites de uma discussão geral e puramente filosófica, sem personalidades e sem aplicações. De fato, essa discussão filosófica concerne menos aos acontecimentos da história do que ao processo pelo qual o homem, de início estranho à história, tornou-se progressivamente um ser histórico.

Por outro lado, podemos ver que, na história da humanidade e da própria filosofia, muitos filósofos trataram do estado de natureza, mas Rousseau procura dar uma característica própria sobre o homem em tal estado, e isso ele o faz através de um movimento que vai do real ao imaginário. Constata que os que tinham estudado o estado de natureza partiam sempre do homem em sociedade e usavam palavras inerentes ao homem social. Salinas, conforme dissemos acima, lembra as palavras de Rousseau, segundo as quais quase todos que, falando sem cessar em carecimento, avidez, opressão, desejos e orgulho, transportam para o estado de natureza idéias que tiraram da sociedade e, falando do homem em sociedade estavam pintando o homem civil (FORTES, 1989, p. 44). Já Starobinski (1991, p. 25) assim se refere ao momento em que humano vivia como ser primitivo:

Em uma passagem do segundo Discurso em que Rousseau vigia manifestadamente seu pensamento, não chega ele a supor que o estado de natureza talvez não tenha absolutamente existido? O estado de natureza é, pois, tão somente o postulado especulativo que uma história hipotética se confere, princípio sobre o qual a dedução poderá apoiar-se, em busca de uma série de causas e de efeitos bem encadeados, para construir a explicação genética do mundo tal como ele se oferece aos nossos olhos.

Com efeito, para Starobinski (1991, p. 26), a certeza do genebrino é a de alguém que se lembra, e ela é alcançada no contato. Por isso, seus discípulos já não verão nele o autor de uma história hipotética, mas o perscrutador que possuiu a

memória de um passado muito antigo e de um tempo mais belo. Na verdade, para descobrir o homem da natureza, o nosso filósofo não teve de se reportar a um passado ou tornar-se um historiador, mas ao contrário, bastou-lhe pintar a si mesmo e reportar-se à sua própria intimidade, pois o recurso à própria interioridade atinge a mesma realidade que a exploração do passado mais remoto.

## CAPÍTULO II

### 2 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE NATUREZA E A CIVILIZAÇÃO

Com o objetivo de entender a diferença entre natureza e civilização, analisaremos a obra de Rousseau com referência a esta temática específica para, assim, podermos compreender como deve formar-se o homem e o cidadão integralmente sem, no entanto, ignorarmos aquilo que é peculiar na constituição do homem segundo o nosso pensador.

A partir das ideias do autor sobre esta temática, buscaremos ver como ele estabelece a diferenciação entre natureza e civilização tendo em vista o caminho proposto pelo pensador para que o homem possa atingir uma formação que lhe propicie viver na sociedade civil de forma autônoma e coerente com a sua própria natureza.

Rousseau (1997, p. 35), atento observador da realidade de seu tempo, constata que os homens, em pleno período de Ilustração, se encontravam num estado de perversão, o que lhe fornece uma possibilidade, ainda que imaginária, de contemplar um tempo remoto, quando o homem vivia feliz porque estava em dependência unicamente da natureza: “não se pode refletir sobre os costumes sem se comprazer com as lembranças da imagem da simplicidade dos primeiros tempos” (STAROBINSKI, p. 68).

O conceito de “natureza” é fundamental para entender a própria formação do homem e suas relações sociais dentro da ordem civil. Talvez seja por isso que no início da obra, *O Emílio*, Rousseau (2004, p. 7). afirma:

Tudo está bem quando sai das mãos do autor das coisas, tudo degenera entre as mãos do homem. Ele força uma terra a alimentar as produções de outra, uma árvore a carregar os frutos de outra. Mistura e confunde os climas, os elementos, as estações. Mutila seu cão, seu cavalo, seu escravo. Perturba tudo, desfigura tudo, ama a deformidade e os monstros. Não quer nada da maneira como a natureza o fez, nem mesmo o homem, é preciso que seja domado por ele, como um cavalo adestrado; é preciso apará-lo à sua maneira, como uma árvore de seu jardim.

Esta afirmação nos sugere que há uma grande diferença entre o ser natural e o ser social. Obviamente, para o autor, a ação do homem possuiu uma força capaz de interferir e de confundir a boa ordem das coisas. Para Rousseau, no *estado natural*, o homem levava uma vida em perfeita harmonia com a natureza, de modo que ele não tinha necessidade de transformar o meio em que vivia e nem alterar a boa ordem das coisas. Por um lado, a natureza era extremamente bondosa para com o homem e, por outro lado, o próprio homem tinha poucas necessidades. Somente com a vida – e as necessidades criadas pela vida em sociedade – é que o homem foi forçado a contrapor-se à natureza alterando assim a ordem natural das coisas. Segundo o pensamento de Rousseau (1980, p. 21), nem mesmo o próprio homem consegue ficar livre de sua ação deformadora, como ele próprio deixa entender, quando diz: “O homem nasce livre, e em toda parte se encontra sob ferros. De tal modo acredita-se o senhor dos outros, que não deixa de ser mais escravo que eles”.

Percebemos assim dois momentos distintos na vida do homem. O primeiro caracteriza-se pela liberdade, condição intrínseca a todo homem. Essa condição inseparável do homem, a liberdade, é por sua vez ocultada num segundo momento, no sentido em que o aprisionamento da ordem civil inibe a condição primeira do homem, isto é, de ser livre.

Para o filósofo, o homem natural é uma espécie de animal tranquilo, movido por poucas necessidades, indiviso, sem coerção e, conseqüentemente, feliz, ligado apenas ao seu presente. E, para demonstrar a interferência da civilização na condição do homem, Rousseau apela para um período em que o homem encontrava-se na mais perfeita harmonia consigo mesmo e com a natureza. Esse período é denominado “o estado natural”.

Rousseau (1997, p. 5) não é o único a reportar-se ao estado da natureza para falar sobre o homem e a sociedade. Com sua visão otimista de natureza humana, ele contesta outro autor, que afirmava exatamente o contrário. No *Leviatã*, Hobbes (1558-1679) defendia que os homens são naturalmente maus e estão a todo tempo a combater com os seus semelhantes. O genebrino vê no estado de natureza uma espécie de paraíso perdido e sem possibilidades de retorno. Podemos inferir que somos vítimas de nosso próprio sucesso para satisfazer as necessidades criadas pela vida em sociedade.

Este parece ser o paradoxo que possibilitou ao pensador, no *Discurso Sobre As Ciências e as Artes*, concluir que quanto maior for a dependência da arte e das ciências, tanto maior será a degeneração moral do homem.

DENT (1996, p. 172) observa que Rousseau aplica a idéia de natureza e do que é natural a muitos aspectos da vida: concebe o caráter do homem como naturalmente intato e criativo, retrata a relação primitiva do homem com a natureza, baseia o saudável desenvolvimento educacional no respeito pela natureza, descreve a relação de Deus com o mundo criado e o envolvimento do homem nele. Enfim, Rousseau acena para a apreciação daquilo que é mais rústico e simples, opondo-se à tentativa de domesticação da natureza.

Essa realidade nos leva a deduzir que, para Rousseau, a constituição primária do homem natural não pode ser qualificada como má, pois vivendo no estado primitivo o homem natural era de tal maneira suficiente que prescindia da convivência dos seus semelhantes. É o que podemos ver em Fortes (1989, p. 12):

O princípio fundamental de toda moral sobre a qual raciocinei em todos os meus escritos (...) é de que o homem é um ser naturalmente bom, amando a justiça e a ordem; que não há perversidade original no coração humano e que os primeiros movimentos da natureza são sempre retos. Fiz ver que a única paixão que nasce com o homem, a saber, o amor de si, é uma paixão em si mesmo indiferente ao bem e ao mal, que não se torna boa ou má a não ser por acidente e segundo as circunstâncias nas quais se desenvolve.

Segundo a teoria do “bom selvagem”, podemos constatar que o homem natural levava uma vida não muito diferente da vida dos demais animais. Conclui-se deste modo que o homem natural seria aquele solitário independente e ocioso. Não tinha consciência sequer de que era “homem”. Além disto, o homem natural não é tirânico, porque não compreende o que é servidão e dominação. Rousseau considera no homem natural dois critérios fundamentais: a preservação de si mesmo e a piedade. Destarte, esses dois princípios, para Rousseau (1997, p. 77), governam o comportamento do homem natural e são a origem de todas as regras do direito natural, são elas também que impedem que o homem aja com maldade.

Embora a bondade pareça ser uma característica natural do ser humano, para cumprir o seu destino de aperfeiçoar-se ele precisa da convivência de seus

semelhantes, o que fatalmente compromete o exercício daquela bondade. Como podemos ver em Starobinski (1991, p. 40), segundo Rousseau as relações sociais necessariamente despertam paixões que acabam comprometendo a bondade natural do homem primitivo.

Na visão do filósofo, o estado de natureza caracteriza-se por uma condição pré-social, a qual pode ser verificada não somente no seu ambiente – que concede ao homem tudo o que ele necessita: alimento, abrigo e segurança – mas, sobretudo, no caráter do próprio homem, que é um ser pacífico, inocente e sereno, como já inferimos anteriormente.

Vê-se então que o homem, ao nascer, se apresenta ao grupo social da mesma forma que se apresenta ao estado de natureza: puro, sem manchas e sem preferência. Ora, isso implica que, neste estado original, o homem se apresenta como uma forma a ser moldada, pois ele nasce com a capacidade para aprender, mas nada disso sabe ainda. Rousseau dirá que ele não nasce um francês, ou um americano, mas torna-se francês ou americano, a partir de uma construção intelectual e moral, pelo aprendizado da língua e das tradições, como veremos na formação do homem e do cidadão. Sendo assim, surge a interrogação: será possível, pela educação, formar um homem que seja capaz de dar conta da vida na sociedade, bem como transformá-la, minimizando as injustiças e os sofrimentos que são comuns?

Rousseau, como um atento observador de seu tempo, percebe que o homem distanciou-se da natureza. Voltando nossa reflexão para o *Discurso Sobre as Ciências e as Artes*, podemos ver um Rousseau que tece um aparente elogio à cultura, mas, em seguida, o pensador efetua uma súbita reviravolta e expõe o grande dilema que o progresso causou ao ser humano. Ressalte-se que a crítica de Rousseau (1980, p. 211) não o coloca como contrário ao progresso, ou mesmo às ciências e às artes. Sua constatação é sincera: “Como seria doce viver entre nós, se a atitude exterior fosse sempre a imagem das disposições do coração...”.

Para o filósofo, é a partir daqui que começam todas as nossas infelicidades. Os benefícios das luzes se encontram compensados, e quase anulados, pelos inumeráveis vícios que decorrem da mentira e da aparência. Starobinski (1991, p. 15) assevera que Rousseau, tendo constatado a situação que descrevemos acima – a de uma vida

baseada puramente nas coisas exteriores – dirá que o espírito humano triunfara, mas por outro lado o homem se perdera. Entendemos aqui por “espírito humano” a capacidade de criação do ser humano, a cultura, o progresso que o ser humano conquistou a partir da sua potência criadora. A palavra “homem” tem aqui o sentido utilizado pelo autor, isto é, um ser naturalmente bom, livre e em plena harmonia com a natureza. Essa realidade produzida pela vida em sociedade fez com que o homem colocasse em jogo o seu próprio ser que, por sua vez, manifesta uma discordância entre seus atos e suas palavras. Por este motivo, Rousseau contesta a sociedade enquanto uma entidade que se coloca contrário à natureza do homem. Nascem então as acusações de que as luzes da civilização, longe de iluminarem o mundo humano, velam a transparência natural, separando assim os homens uns dos outros. Os efeitos que daí decorrem são nefastos, tanto para a moral como para os bons costumes.

## 2.1 MORAL E BONS COSTUMES

Na questão proposta pela Academia de Dijon: O restabelecimento das ciências e das artes teria contribuído para aprimorar os costumes? O autor apresenta a ideia de que o florescimento das ciências e das artes é visível em sociedades que se encontram num estado de decadência e enfraquecimento moral. Rousseau exemplifica esse processo com a decadência de Roma, onde, mesmo com a presença de autores literários, esta cidade se vira desprovida de características virtuosas e passara a ser palco do crime e da corrupção das nações.

Em contrapartida, a história também indica que nas regiões em que não se manteve maior contato com pensadores literários, a virtude foi preservada. É o caso, por exemplo, dos persas, que zelavam pela aprendizagem da virtude em igual ou maior proporção que a busca do conhecimento da ciência; isto lhes possibilitou uma vida virtuosa (ROUSSEAU, 1997, p. 194):

Oponhamos a esse quadro o dos costumes de pequeno número de povos que, preservados desse contágio de conhecimentos maus, por suas virtudes construíram a própria felicidade e constituem exemplo para as demais nações. Tais foram os

antigos persas, nação singular no seio da qual se aprendia a virtude como entre nos se aprende a ciência, que com tanta facilidade subjugou a Ásia, sendo a única a possuir tal glória, e cuja história das instituições pode ser considerada um romance de filosofia.

O desenvolvimento das ciências e das artes, consequências produzidas pelo progresso da vida em sociedade, conduzem o homem social a viver na opulência, como bem observou Rousseau.

Starobinski aponta que a ruptura na qual o homem se encontra, vivendo em contradições, confere ao *Discurso* sua tensão dramática, bem como a ruptura entre ser e parecer engendra outros conflitos, tais como entre sociedade e natureza, entre o homem e ele próprio. “Enfim, a história inteira se divide em um antes e um depois: outrora havia pátrias e cidadãos; agora não há mais. Roma, mais uma vez, fornece o exemplo: a virtuosa república, fascinada pelo brilho da aparência, perdeu-se por seu luxo e suas conquistas” (1991, p. 16).

Na segunda parte do *Discurso*, Rousseau (1997, p. 339) apresenta as relações entre progresso e corrupção ou as ligações entre ciência e moral e determina a origem delas. Notoriamente o que torna esta obra singular é o fato de que nela se encontra uma discordância em relação ao contexto de seu tempo, isto é, em relação às transformações *tecnológicas*, ao pensamento dos acadêmicos de Dijon e aos estudiosos modernos. “Ferindo de frente tudo o que constitui, atualmente, a admiração dos homens, não posso esperar uma censura universal; não será por ter sido honrado pela aprovação de alguns sábios que deverei esperar do público”.

A revolta de Rousseau – dirigida contra a essência da sociedade – só pode vir de um homem que excluiu a si mesmo desta sociedade. Ou seja, ele não pode garantir a seriedade de seu desafio a não ser colocando-se só e contra todos em um lugar exterior à sociedade mentirosa. Por isso, conformará seus atos às suas palavras, vivendo sua verdade sem se deixar influenciar pelo julgamento dos outros.

O que Rousseau (1997, p. 179) prioriza de fato não é a razão, mas o caráter moral. Como já assinalamos, a tese central do primeiro *Discurso* é a questão proposta pela academia de Dijon: “o restabelecimento das ciências e das artes serviram para aprimorar os costumes?” Ao estudar a filosofia de Rousseau, chega-se à conclusão de que tal interrogação desencadeou o seu pensamento filosófico. Essa “intuição” mudou

a vida de Jean-Jacques Rousseau: "No mesmo momento [...], entrevi um outro universo, tornei-me um outro homem".

Do ponto de vista histórico, a iniciativa da academia de Dijon é reflexo do anseio de um avanço científico e artístico, como bem caracteriza o período da Ilustração. É importante notar que o que faz de Rousseau um opositor aos anseios dos acadêmicos é a sua atenção, o seu apreço pela felicidade do ser humano, a qual, segundo ele, funda-se na moral.

A princípio, pode-se dizer que Rousseau não propõe o fim das ciências e das artes, antes ele aponta para o valor moral do ser humano, que se vê ameaçado pelo rumo que as ciências e as artes tomam. De modo geral, Rousseau (1997, p. 185), não nega que as ciências e as artes produzam conhecimentos, isso fica bem explícito quando afirma: "Não é em absoluto a ciência que maltrato, disse a mim mesmo, é a virtude que defendo perante homens virtuosos".

E. Cassirer (1999, p. 101) considera o seguinte:

Não podemos resistir ao progresso, mas por outro lado, não podemos nos entregar a ele assim sem mais. Trata-se de guiá-lo e de determinar autonomamente o seu objetivo. Em sua marcha evolutiva até o presente momento, a perfectibilidade enredou o homem em todos os males da sociedade e levou-os à desigualdade e a servidão. Mas ela, e apenas ela é capaz de tornar-se para ele um guia no labirinto no qual ele se perdeu. Ela pode e deve abrir-lhe novamente o caminho para a liberdade. Pois a liberdade não é um presente que a bondosa natureza deu ao homem desde o berço. Ela só existe na medida em que ele próprio a conquistar, e a posse dela tornar-se inseparável desta conquista constante.

De fato, tratando-se de moral, não se pretende examinar se as ciências e as artes produzam ou não conhecimento. Rousseau, interpretando de maneira muito precisa o sentido da questão proposta pela academia de Dijon, estima que o conhecimento produzido pelas ciências e pelas artes não constitui necessariamente um subsídio para o aperfeiçoamento dos costumes.

Podemos constatar essa realidade nas próprias palavras do filósofo: "É um espetáculo grandioso e belo ver o homem sair, por seu próprio esforço, a bem dizer do nada; dissipar por meio das luzes de sua razão, as trevas nas quais o envolve a natureza, [...]; e, o que é ainda maior e mais difícil, penetrar em si mesmo para estudar

o homem e conhecer a sua natureza, seus deveres e seu fim” (STAROBINSKI, 1991, p. 189).

Entretanto, esse aparente elogio será a base a partir da qual Rousseau apresentará a sua ótica negativa sobre as ciências e as artes, pois, através delas aponta o erro que conduz aos vícios. Afinal de contas, entre o conhecimento e a moral, pode-se entender que as ciências e as artes constituem-se numa inovação mítica, porque face à iluminação das ciências e a prática das artes, os homens tornaram-se prisioneiros, pois, distantes da virtude, vivem na aparência das virtudes.

Para Starobinski, Rousseau observou uma discordância entre os atos e as palavras dos homens e, com isso, contesta a sociedade enquanto esta é contrária à natureza. Ao perceber essa discordância, ele faz uma acusação à sociedade, exprimindo uma de suas características principais, que seria a negatividade em relação à natureza (1991, p. 35),

As falsas luzes da civilização, longe de iluminar o mundo humano, velam a transparência natural, separam os homens uns dos outros, particularizam os interesses, destroem toda possibilidade de confiança recíproca e substituem a comunicação essencial das almas por um comércio factício e desprovido de sinceridade; assim se constitui uma sociedade em que cada um se isola em seu amor-próprio e se protege atrás de uma aparência mentirosa. Paradoxo singular que, de um mundo em que a relação econômica entre os homens parece mais estreita, faz efetivamente um mundo de opacidade, de mentira, de hipocrisia.

A partir dessa concepção de Rousseau, podemos compreender que quanto mais as ciências e as artes avançam, mais o homem distancia-se da moral e dos bons costumes. Essa observação do filósofo parece ser uma manifestação de cunho político, uma vez que a moral relaciona-se com a política. Com efeito, em suas obras ambas estão estritamente interligadas, assim como há, no período do Renascimento, uma estreita relação entre a vida intelectual e a vida política.

A ligação entre a vida intelectual e a vida política tornou o progresso das ciências, das letras e das artes uma importante ferramenta de poder político, como bem assinalou o próprio autor: (1980, p. 190):

Como o corpo, o espírito tem suas necessidades. Estas são os fundamentos da sociedade, aquelas constituem seu deleite. Enquanto o governo e as leis atendem a

segurança e ao bem-estar dos homens reunidos, as ciências, as letras e as artes, menos despóticas e talvez mais poderosas, estendem guirlandas de flores sobre as cadeias de ferro de que estão eles carregados, afogam-lhes o sentimento dessa liberdade original, para qual pareciam ter nascido, fazem com que amem a escravidão e formam assim o que se chama de povos policiados. A necessidade levantou os tronos; as ciências e as artes os fortaleceram.

Para Rousseau, é evidente que as ciências e as artes corrompem a virtude, tanto que chega a expressar esta constatação de maneira enérgica: “povos, sabeis, pois, de uma vez por todas que a natureza vos quis preservar da ciência como a mãe arranca uma arma perigosa da mão do filho” (1980, p. 198-199).

Neste sentido, compreende-se que conhecer a natureza através do conhecimento das ciências assume, na perspectiva de Rousseau, uma oposição às normas da natureza, portanto, isto fere ou transgride a lei da natureza e, por assim dizer, o que é natural, uma vez que é a própria natureza que se encarrega de admoestar ao homem quanto a conhecê-la.

Verificamos que o avanço das ciências e das artes, segundo Rousseau, não aponta para nenhuma melhora quanto à ação do homem diante do conhecimento adquirido pelas mesmas ciências e artes. As modificações que estas evidenciaram tornam-se ainda mais explícitas quando Rousseau afirma: “Temos físicos, geômetras, químicos, astrônomos, poetas, músicos, pintores, não temos mais cidadãos ou, se nos restam alguns deles dispersos pelos nossos campos abandonados, lá parecem indigentes e desprezados” (2004, p. 210). Deste modo, Rousseau leva a entender que as ciências e as artes não contribuíram para o aprimoramento dos costumes e por isso a formação do homem e do cidadão deverá ir além do progresso intelectual.

Daí decorre que, para Rousseau, é através da moral que se pode pensar a igualdade entre os homens. Aqui, deve-se entender o termo “moral” na interpretação de Dent: “Assumir o ‘ser moral’, ou seja, a pessoa passa a compreender a si mesma e as outras, e suas relações em termos de direitos, obrigações, responsabilidades, etc.” (1996, p. 164). Por isso, mais que a corrupção da virtude e da moral, o desenvolvimento das ciências e das artes, na concepção de Rousseau, constitui-se na mola propulsora da desigualdade e conseqüentemente da degeneração moral do homem.

É importante observar que, para Rousseau, as ciências e as artes, longe de guiarem os homens para resgatar o que outrora haviam perdido em termos de relação de harmonia com a natureza, percorrem caminhos contrários e distanciam ainda mais o homem da natureza.

Isso leva à conclusão de que aquilo que a humanidade coloca como fundamental e indispensável para uma vida bem sucedida – que é possuir bens de preciosidade produzidos por meio das ciências e das artes – não se traduz necessariamente em benefícios, pois a inovação proporcionada pela arte afasta o homem da natureza e da sua origem.

Ao estudar o pensamento de Rousseau, temos a impressão de que fora lançado um ataque impiedoso ao conhecimento científico. Entretanto, o que Rousseau destaca não é o conhecimento que as ciências e as artes nos fornecem. Ele não nega tal conhecimento. O que ele contesta é o modo como o homem se beneficia dele, no sentido de satisfazer os desejos dos vícios. É versado que, nesta perspectiva, o objetivo de Rousseau é refutar a contribuição da ciência e das artes para o aperfeiçoamento dos costumes dos homens. Contudo, sua refutação não busca negar o valor do conhecimento, ao contrário, Rousseau prioriza o caráter moral do homem e entende que os conhecimentos produzidos pelas ciências e pelas artes não estavam contribuindo para a formação moral do homem, mas o estavam levando para uma vida de acordo com imposições externas, o que, no entender do filósofo, causara uma série de malefícios para o homem primitivo.

## 2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O HOMEM SOCIAL

O homem, no estado natural, segundo Rousseau, levava uma vida de total harmonia com a natureza e, por esta razão, nada influía nem acrescentava a esta, apenas dela recebia sem em nada transformá-la ou modificá-la. As transformações da natureza aconteceram com o advento da vida em sociedade e com todas as necessidades criadas pela vida social.

A criação de leis que asseguram ou garantem o direito à propriedade revelou-se como algo negativo, no sentido em que concedem a cada um a posse daquilo que acredita ser seu e não se conhece um possível primeiro dono. Aqui já podemos perceber a influência que o homem sofre na sociedade e sua manifestação concreta de querer sobrepor-se ao semelhante. Começa, então, a disputa, a exploração e a escravidão. Isso leva Rousseau (1997, p. 273) a afirmar:

Por fim, a ambição devoradora, o ardor de elevar sua fortuna relativa, menos por verdadeira necessidade do que para colocar-se acima dos outros, inspira a todos os homens uma negra tendência a prejudicarem-se mutuamente, uma inveja secreta tanto mais perigosa para dar seu golpe com maior segurança, freqüentemente usa a máscara da bondade; em uma palavra, há de um lado, concorrência e rivalidade, de outro, oposição de interesses e, de ambas, o desejo oculto de alcançar lucros a expensas de outrem.

Entramos, assim, na apresentação pessimista e negativa que Rousseau faz do homem em sociedade. Pode-se entender como negativo algo que emana do próprio homem, um sentimento egoísta de desejar possuir tudo para si. Este novo espírito, novo porque no estado de natureza ele ainda não existia, de acumular bens é que faz do homem um ser tomado de maldade.

Seguindo nessa perspectiva, constata-se na sociedade civil uma sequência de entraves: disputas, explorações, escravidão, assassinatos, egoísmo e avareza. Com isso, nasce também a tendência de se prejudicarem uns aos outros, através da inveja, da hipocrisia, da dominação, da servidão, etc.

Por conseguinte, ao fazerem de suas forças ou de suas necessidades uma espécie de bem alheio, ou de propriedade, tanto os mais poderosos quanto os mais miseráveis não puderam evitar que se seguisse uma ruptura na igualdade ou, pior ainda, uma total desordem. Assim, as usurpações dos ricos, as extorsões dos pobres, as paixões desenfreadas de todos, abafando a piedade natural e a voz ainda fraca da justiça, tornaram os homens avaros, ambiciosos e maus (ROUSSEAU, 1997, p. 274).

Outra característica que Rousseau observa é a inquietação. O homem, vivendo na sociedade civil, vê-se inquieto e toda aquela tranquilidade que o selvagem tinha agora se converte em uma tremenda correria. O cidadão, ao contrário, sempre ativo, se cansa, se agita, atormenta-se sem cessar para encontrar ocupações ainda mais

trabalhosas; trabalha até a morte, corre no seu encalço para colocar-se em situação de viver ou renunciar à vida para adquirir a imortalidade; corteja os grandes, odeia os ricos, mas nada poupa para obter a honra de servi-los; jacta-se orgulhosamente de sua própria baixeza e da proteção deles, orgulhoso de sua escravidão, refere-se com desprezo àqueles que não gozam a honra de partilhá-la (FORTES, 1989, p. 75).

O homem, em pleno progresso da vida em sociedade, vê-se desprovido de paz e passa a viver numa situação de conflito. Rousseau entende que o homem que vive em sociedade é um ser que vive fora de si. E este viver fora de si se contrapõe àquele da vida de primitivo, pois, o homem primitivo, ao contrário do homem social, não depende da opinião dos outros para formar a sua imagem.

Rousseau, ao falar do homem no estado de sociedade, apresenta uma visão histórica da degradação moral da humanidade. Tudo se torna artificial e representado, seja a honra, a amizade, a virtude, frequentemente mesmo os próprios vícios com os quais por fim se encontra o segredo de se glorificar. Como, porém, numa palavra, perguntamos sempre aos outros pelo que somos e não ousamos jamais interrogar-nos a nós mesmos sobre esse assunto – em meio a tanta filosofia, humanidade, polidez e máximas sublimes – só temos um exterior enganador e frívolo, honra sem virtude, razão sem sabedoria e prazer sem felicidade (FORTES, 1989, p. 76).

Todavia, esta vasta nebulosidade da vida humana, no estado de sociedade, não acompanha o homem desde os primórdios. O *Segundo Discurso* tenta esclarecer esse fato. Com efeito, diz Fortes: "Basta-me ter provado não ser esse, em absoluto, o estado original do homem e que unicamente o espírito da sociedade e da desigualdade, que ela engendra, é que mudam e alteram desse modo, todas as nossas inclinações naturais" (FORTES, 1989, p. 76). Esses males – como podemos ver – emanam das condições estabelecidas pela vida social. Dentre essas condições citamos a efêmera necessidade de se comparar aos outros com o intento de formar um conceito de si, a partir de uma opinião. Assim, os homens romperam com o mais sublime de si, isto é, com a genuinidade da natureza originária. De sorte que a alteração criada pela vida social torna o homem escravo tanto de seu semelhante, quanto de suas próprias necessidades, desencadeando um processo no qual o homem se produziu a si mesmo, mas, por outro lado, sofreu uma degradação moral paralela a seu progresso intelectual

e técnico. Este processo de degradação levou o homem a viver fora de si, sob a aparência e a distância de sua bondade original.

Essa realidade apresentada acima terá grande influência sobre a teoria pedagógica do filósofo, e o levará a destacar a importância de se respeitarem as fases do desenvolvimento da criança de acordo com cada fase da vida, dado que, segundo Rousseau, a educação é o processo que se dá numa liberdade bem orientada, com a finalidade de tornar a criança um adulto bom. E um adulto bom pode ser entendido como aquele cidadão que vive uma existência integrada à essência de sua natureza; ele é também um ser moral dentro da sociedade, pois não há como separar ser moral e ser político ou social, como veremos no próximo capítulo.

## CAPÍTULO III

### 3 A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO MORAL DO HOMEM E DO CIDADÃO

Emílio será o modelo de homem e cidadão para Rousseau. Inicialmente ressaltamos que a grande preocupação de Rousseau será educá-lo nos moldes mais próximos possíveis da natureza. Esse tipo de educação proposta pelo pensador requer o respeito à liberdade do aluno e uma sempre consonância com a natureza. Rousseau enfatiza o cultivo pela natureza (2004, p. 285) como fonte legítima da virtude e da felicidade. De acordo com o filósofo, o seu projeto de formação volta-se para a convivência com os outros, pois, sendo membro da sociedade, o cidadão deve ser ativo e cumprir seus deveres de cidadão, de homem ciente da realidade e dos problemas do seu meio.

De acordo com Cassirer a liberdade para Rousseau pode ser entendida como uma condição inerente ao ser humano. Com efeito, diz Cassirer (1999, p. 52): “Ela se refere à ligação a uma lei severa e inviolável que eleva o indivíduo acima de si mesmo. Não é o abandono desta lei e o despende-se dela, mas a concordância com ela o que forma o caráter autêntico e verdadeiro da liberdade”.

Assim, para Rousseau, a liberdade não significa libertar e emancipar o indivíduo no sentido de que ele seja expulso da forma e da ordem da comunidade; ao contrário, trata-se de encontrar uma forma comunitária que proteja com toda a força concentrada na associação estatal a pessoa de cada indivíduo. Unindo-se aos outros, este deve obediência apenas a si mesmo, apesar de fazer parte dessa união.

Tendo em vista uma formação que seja capaz de oferecer ao educando a possibilidade de tornar-se senhor de si, Rousseau considera que o educador perde o seu lugar cativo de ensinante. Eis a recomendação ao preceptor de Emílio: “Para torná-lo mestre, sede em toda a parte aprendiz” (2004, p. 246). Evidencia assim que o mestre não é mestre porque sabe e ensina, mas porque sabe aprender e com isso ensina. Por sua vez, o seu ensino consiste, sobretudo, em propor as questões certas aos educandos e colocar ao seu alcance os meios para aprender. Para isso, faz-se necessário, além do

desejo de aprender, a capacidade de se colocar no lugar da criança, de penetrar as suas idéias e de sentir a sua alma. A recomendação do pensador ao preceptor de Emílio deixa entender que o mestre deve colocar-se junto com o movimento da vida.

Através da marcha da natureza, Rousseau estabelece o caminho para a verdadeira formação e autoconstrução do homem e sua inserção na sociedade. No Livro IV, dirá que é a natureza a fonte da virtude e da felicidade (2004, p. 285). Deste modo, Emílio é o projeto de educação que Rousseau tem em mente para a formação do verdadeiro cidadão. Mas vale lembrar que para obter êxito e conseguir atingir esta finalidade, a educação que Rousseau projeta deve ser iniciada desde o início da vida da criança, com a finalidade de preservar a criança dos preconceitos e das máximas com as quais ele próprio fora educado.

Podemos, pois, deduzir que a formação na perspectiva do filósofo congrega dois princípios essenciais: a restauração da essência da natureza humana e a promoção da essência da vida em sociedade. Porém, estes dois princípios se fundem em único objetivo, ou seja, a formação do homem e do cidadão de modo a recriar o homem natural dentro da sociedade.

No decorrer da obra, *O Emílio*, Rousseau tem como objetivo mostrar que a educação fundamentada na liberdade e no respeito pela natureza será o instrumento eficaz para que aconteça de fato a formação do homem e do cidadão de acordo com as virtudes do homem natural e, uma vez alcançado este objetivo, será possível esperar também a transformação da sociedade. A necessidade de educação para a formação do homem e do cidadão é apresentada pelo autor nas primeiras páginas dessa obra, quando ele declara (2004, p. 10):

“Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos desprovidos de tudo, temos necessidades de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer, e de que precisamos adultos, é nos dados pela educação”.

A vida em si é uma obra educativa que acontece na intensa e contínua interação do sujeito com o meio. Da mesma forma, Rousseau constrói seu conceito de homem fundamentado em três pilares, a saber: homem, natureza e sociedade. Por isso, a formação do homem e do cidadão deve supor estes três pilares, que serão o

desenvolvimento do projeto de formação segundo a proposta do pensador. “*Cada um de nós é, portanto, formado por três espécies de mestres*” (2004, p. 10).

Rousseau percebe, através da harmonia dos três princípios acima citados, a formação integral do homem autêntico, devidamente desnaturado e bem preparado para conviver com seus semelhantes. Imprime assim na sua proposta formativa um projeto político com o intento de desenvolver uma nova sociedade. Pois, mesmo falando em princípios gerais, podemos constatar que o projeto do Emílio está cheio de ensinamentos, ou lições morais que visam preparar o educando para a convivência e a vida civil. Vemos, portanto, que a formação é para Rousseau uma ação global que deve desenvolver as potencialidades do homem integral. Por isso, seguindo o caminho construído pelo pensador, ressaltamos (2004, p. 290):

Enquanto ele só se conhecer pelo seu ser físico, deverá estudar-se pelas suas relações com as coisas; é o trabalho de sua infância. Quando começar a sentir seu ser moral, deverá estudar-se por suas relações com os homens; é o trabalho de sua vida inteira, a começar do ponto a que acabamos de chegar.

O homem livre e autônomo, idealizado por Rousseau, deveria servir ao imperativo da natureza. Ao estabelecer a soberania das necessidades naturais sobre as convenções sociais, ele procura restabelecer a igualdade original da natureza humana. Desta forma, cada indivíduo, independentemente da sua posição social, poderá desenvolver suas potencialidades, mesmo que este processo demande toda uma vida.

O reconhecimento das potencialidades humanas norteia a obra de Rousseau. Como vimos acima, a compreensão de que o homem apresenta diferentes estágios de desenvolvimento ao longo de sua vida é outra importante característica. Em cada um dos estágios evolutivos existe uma forma diferente de apreender o mundo. Por isso, conforme assinalamos anteriormente, na educação idealizada pelo autor o preceptor deveria ter sempre a mesma postura. Em se tratando de crianças pequenas, não deveria empregar a força nem o raciocínio. A principal tarefa do preceptor, nos primeiros anos de vida da criança, é a de possibilitar que elas desenvolvam a curiosidade e a experimentação sensorial, como está expresso na seguinte passagem do *Emílio* (2004, p. 160):

Portanto, não exerciteis apenas as forças, exercitai todos os sentidos que as dirigem; tirai de cada um deles todo o partido possível, e depois verificai a impressão de um pelo outro. Medi, contai, pesai, comparai. Não uses de força senão depois de ter calculado a resistência; agi sempre de tal sorte que o cálculo do efeito preceda o emprego dos meios. Fazei com que a criança tenha interesse em nunca fazer esforços insuficientes ou supérfluos.

A tarefa do educador consiste em manter pura e intacta a potencialidade da criança até o momento propício. Neste sentido, é particularmente importante evitar a excitação precoce da imaginação, deve-se ensinar a lição da utilidade das coisas, ou seja, desenvolver as faculdades da criança apenas naquilo que lhe possa ser útil.

Através de uma educação voltada para a criança desenvolver-se na liberdade, o autor prevê que para cultivar a inteligência era preciso antes cultivar as forças que o aluno deveria governar. Por isso, o exercício do corpo deveria ser contínuo, para que este ficasse robusto e sadio. Trabalhar, agir, correr e gritar são fontes de vigor para o homem, pois, com o vigor viria a razão.

Rousseau deseja que Emílio seja forte, robusto. A educação tem que prezar pela força física do homem para que ele suporte os obstáculos colocados pela natureza e aprenda a controlar suas emoções e viver com as privações.

Na concepção de Rousseau, o exercício do corpo de forma alguma prejudica as operações do espírito. Tendo em vista o propósito de formar o homem e cidadão integral, o autor preocupa-se com que, desde cedo, a criança desenvolva todas as potencialidades com vista a tornar-se um homem livre dos infortúnios e das necessidades produzidas pela vida em sociedade.

Assim, sua proposta educacional privilegia a liberdade. O fundamental era possibilitar às crianças mais liberdade e menos domínio sobre elas. As crianças deviam fazer mais por si e exigir menos dos outros. De sorte, “acostumando-se cedo a limitar os seus desejos às suas forças, pouco sentirão a privação do que não tiver em seu poder” (2004, p. 58).

É importante perceber que este será o movimento na vida do homem e do cidadão. Acostumado desde cedo na liberdade e sem depender dos outros, será capaz de conduzir sua própria vida. Para ele, o primeiro de todos os bens não era a autoridade, mas sim a liberdade, como está expresso no *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Social*: “A natureza manda em todos os animais, e a

besta obedece.” (1997, p. 249) Vemos assim que a finalidade primordial da educação para Rousseau é possibilitar que o homem seja verdadeiramente livre, seja um ser forte e autônomo. Por isso, o processo educativo deveria possibilitar a formação do homem e do cidadão harmonizando as suas necessidades, desejos e paixões às suas forças.

Por isso, dirá Rousseau: “Moldam-se as plantas pela cultura, e os homens pela educação” (2004, p. 08). Neste sentido, é a educação o instrumento capaz de fazer com que o homem possa torna-se íntegro e em condições de viver em harmonia com os princípios da sua verdadeira natureza. Claramente o autor manifesta o ideal de formar o homem no seu sentido amplo, preparado para viver em diferentes circunstâncias sem se tornar joguete das opiniões dos outros.

Ao tratar da formação do espírito, no Livro IV, da obra *O Emílio*, ele salienta: “Essa é a hora da leitura e dos livros agradáveis; é a hora de ensiná-lo a fazer a análise do discurso, de torná-lo sensível a todas as belezas da eloquência e da dicção” (2004, p. 472). A ideia de Rousseau a respeito da educação é clara: a educação natural deve tornar o homem próprio para todas as condições sociais e, sobretudo, apto para a vida civil. Entendemos que, para o pensador, a educação fornece subsídios para a formação do homem livre. Porém, a liberdade preconizada por Rousseau não implica em desvincular o homem da sociedade, ao contrário, ela se insere e acontece dentro da sociedade. De modo que a educação possibilitará ao homem a capacidade de saber julgar além das aparências e dos preconceitos (STAROBINSKI, 1991, p. 49).

Este processo educativo para Rousseau inicialmente deveria ser negativo, ou seja, limitando-se àquilo que não deve ser feito. Porém, quando se chega à idade da consciência, o processo educativo passa a ter caráter positivo, período em que se inicia a educação moral de Emílio.

Emílio é o projeto de educação com vistas a corrigir a degradação e dar um caráter ao espírito humano. Porque, diante das aparências e dos preconceitos produzidos pela vida social e da necessidade de reconquistar a liberdade perdida do estado natural, a educação de Emílio lhe forneceu instrumentos para atingir a condição de responder com liberdade aos problemas sociais que venham afetar a sua condição de homem e de cidadão.

Deduzimos assim que o interesse do filósofo é a realidade cotidiana da vida do homem, por conseguinte, necessariamente a educação deve estar voltada para a formação do homem em vista do convívio com seus semelhantes. Assim, para Rousseau, não se pode restringir a educação somente ao ambiente escolar ou familiar, pois formar o homem integral requer uma ação conjunta de todos os segmentos da sociedade.

O seu projeto educacional leva em consideração o cuidado com a educação moral. Ao chegar a idade da consciência, mais do que focalizar o conteúdo das virtudes a serem praticadas, o pensador estava interessado na constituição da consciência moral do educando, construída na busca da autonomia moral. Autonomia que, por sua vez, é exigência primeira na sociedade de iguais por ele preconizada, em que o contrato social depende da participação ativa dos cidadãos e se funda na solidariedade e na cooperação entre os indivíduos.

Como é possível verificar na obra *O Emílio*, essa educação moral começa quando o aluno completa seus quinze anos (2004, p. 290) e é quando o preceptor deve entrar nos domínios da teoria da sociedade e da organização política. Neste momento, ele aprenderá a conhecer-se a si mesmo e aos outros homens.

Conforme observamos acima, a educação sócio-política requer que o aluno já tenha capacidade para compreender as relações entre os homens e as sociedades. Querer ensinar ao educando este conteúdo antes deste período, segundo o pensamento do genebrino, seria desperdiçar tempo e frustrar as expectativas do educando com o processo formativo. Ressaltamos que a educação para Rousseau deveria seguir a marcha da natureza e apressar este processo seria como estragar o desenvolvimento das qualidades naturais do educando. O próprio autor observa: “A verdadeira marcha da natureza é mais gradual e mais lenta” (2004, p. 267). Segundo esse modo de entender, o processo educativo traria muitos benefícios para o educando. Uma vantagem da inocência prolongada é de aproveitar a sensibilidade nascente para jogar no coração do jovem aprendiz as primeiras sementes da humanidade: amizade, piedade, generosidade, bondade. E, isto se faz lhe apresentando as misérias do homem.

Aos quinze anos, Emílio não sabe que tem uma alma espiritual e talvez, diz Rousseau, não seja conveniente informá-lo disso antes dos dezoito anos. Emílio recebe

o ensino religioso sob a forma de deísmo, ou seja, de reverência ao criador da natureza. Na *Profissão de fé do vigário Saboiano*, o autor ensina como se deve falar sobre religião ao seu aluno: “Não quero argumentar contigo, nem mesmo tentar convencer-te; basta-me expor-te o que penso na simplicidade de meu coração. Consulta o teu durante o meu discurso, é tudo o que te peço”. (2004, p. 373)

A educação religiosa em Rousseau adquire uma conotação pessoal, pois como vimos acima, a verdadeira religiosidade está no coração do homem, independentemente das instituições humanas, e um coração justo é o verdadeiro templo da Divindade.

Seguindo os ditames da natureza, o processo educacional poderá atingir sua finalidade de formar o homem integral. Rousseau reconhece os limites da inteligência humana e por isso se reporta à relação contraditória entre razão e paixões. Para o pensador, é possível controlar as emoções pelo bom uso da racionalidade. Porém, a razão aperfeiçoada pelo sentimento possibilitaria a faculdade da compreensão humana. Este é um dos aspectos centrais da educação moral, fazer com que o educando conheça as paixões inerentes ao homem e as que delas nascem e que consiga controlá-las racionalmente.

O resultado dessa educação é o adulto Emílio, com pouco mais de vinte anos. É bem formado, bem constituído de espírito e de corpo, forte, sadio, bem disposto, hábil, robusto, sensato, dotado de razão, de bondade, de humanidade, de bons costumes, de gosto, amando o belo, fazendo o bem, liberto do império das paixões cruéis e isento das opiniões, mas submisso à lei da sabedoria e dócil à voz da amizade. Possui todos os talentos úteis e vários talentos agradáveis, preocupando-se pouco com as riquezas, trazendo seus recursos à mão, não tendo medo de carecer de pão em nenhuma circunstância da vida. Por isso (ROUSSEAU. 2004, p. 485):

Embora esteja entrando no mundo, ignora de forma absoluta as suas maneiras, mas nem por isso é tímido e receoso; se ele se esquiva, não é por falta de jeito, mas porque para ver bem é preciso não ser visto, pois o que pensam dele pouco o perturba e o ridículo não lhe causa nenhum medo. Isso faz com que, mantendo-se sempre tranquilo e sereno, não se perturbe com a vergonha. Estejam ou não olhando para ele, sempre sozinho para poder observar bem os outros, capta suas maneiras com uma facilidade que os escravos da opinião não podem ter. Pode-se dizer que aprende tão depressa os costumes da sociedade justamente porque não lhes dá importância.

Emílio é um espírito formado, educado não pelas luzes da aparência (STAROBINSKI. 1991, p. 23), mas por uma instrução guiada pela e para a prática da virtude e por isso nada do que é humano pode estar ausente dela. Por ter como sentimento inato o princípio da justiça, cuja expressão primeira é a piedade. O jovem Emílio é um lídimo representante do gênero humano, como ser ativo e inteligente. Por isso, ele é capaz de meditar e refletir, apto a distinguir entre o erro e a verdade; verdade fundamentada na realidade e não na mente do indivíduo que julga e nem em doutrinas estabelecidas por instituições sociais.

Podemos constatar que Rousseau insere na educação de Emílio uma proposta formativa que seja capaz de proporcionar ao educando uma integração ao seu meio e, seguindo o seu modo de pensar, não se pode separar a educação política e da educação moral. Ambas formam uma unidade, assim como o próprio ser humano e a sociedade: “É preciso estudar a sociedade pelos homens e os homens pela sociedade” (2004, p. 503)

O autor sabe que é uma ilusão querer ensinar livremente a um homem numa sociedade em que prevalece a desigualdade, e que é uma ilusão transformar a sociedade se não se dispõe de homens livres, prontos a se tornarem iguais perante à lei. Talvez seja por isso que escreveu *O Emílio* e o *Contrato social* ao mesmo tempo. Dessa forma, denuncia a corrupção moral da sociedade, ao mesmo tempo em que, a partir da educação política, propõe um projeto alternativo fundamentado em valores morais a partir da natureza. Nisto consiste a grandeza da obra de Rousseau, uma proposta ousada, que foi crítica por muitos, mas que resiste aos tempos e não deixa de ser ainda nos dias de hoje uma possibilidade real de formação nos moldes da natureza com o intuito de formar o homem novo. Homem e cidadão são exemplificados por Emílio, capaz de construir uma sociedade melhor, mais feliz, fundada num pacto entre os homens formados não pela exterioridade, mas pela liberdade, qualidade inerente do ser humano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar a obra de Rousseau, principalmente a sua proposta educacional, a primeira impressão que se tem é a de que o pensador pretendia preservar o homem da sociedade, ou até mesmo apresentar um ideal de formação contra a cidadania. Porém, pudemos constatar que o autor foi mal interpretado, mesmo em sua época, quando seus escritos e sua pessoa foram condenados. Mas o seu pensamento resistiu ao tempo e se tornou inspirador de muitas pedagogias modernas.

O intento de Rousseau é, de fato, demonstrar o seu amor pelo homem, e isso é possível deduzir no conjunto de sua obra. Ao lê-la, podemos verificar que ele propõe a formação de um novo homem e uma nova sociedade. Para alcançar este objetivo, ele elabora sua proposta educacional tendo como modelo a educação de Emílio.

Na obra, *O Emílio*, o pensador esboça uma proposta de formação para o homem que o torne capaz de discernir os valores morais, dotando-o de uma vontade autônoma e de consciência racional. Devido a tudo isto, ele se torna um homem feliz.

Rousseau cuidou muito da educação do homem, pois é nela que está o poder da criação de uma nova sociedade. Essa atitude ética, evidente no *Emílio*, não envolve rejeição da sociedade em si, ou do exercício da cidadania, muito ao contrário, a grande questão de Rousseau era a reforma da sociedade e uma real participação do homem na vida social.

Sendo assim, sua proposta pedagógica está imbuída de uma educação moral e política, pois, pelo que pudemos constatar, na visão do autor não é possível fazer separação entre moral e política, de modo que ele mesmo diz que é preciso estudar o homem em relação com a sociedade e vice-versa.

A formação humana que Rousseau propõe é a base para o perfeito exercício da cidadania. O homem novo, exemplificado pelo personagem Emílio, poderá construir uma nova sociedade, melhor e mais feliz, fundada num pacto entre os homens virtuosos formados na liberdade e em consonância com a marcha da natureza.

A partir desde dado, é possível concluir que o pensamento de Rousseau convoca o homem para o engajamento social e por isso sua proposta ainda hoje tem

muitos pontos a serem considerados na formação humana. No *Emílio*, vemos que uma educação voltada para o sujeito, que respeite as regras da natureza, pode se tornar uma possibilidade de formação integral do homem com capacidade de ser responsável por sua própria vida.

Por isso, Rousseau se preocupou com a educação moral de Emílio de acordo com a marcha da natureza, isto é, sem nela introduzir preconceitos ou inculcar princípios que pudessem causar danos à formação do educando. Segundo o pensador, é importante respeitar as fases da vida e do próprio processo formativo com vistas de não perder tempo e de não deformar aquilo que a natureza oferece ao homem.

Esse talvez seja o ponto principal de Rousseau, o respeito pela natureza humana dentro da vida civil. Assim, o problema que o autor apresenta em relação à formação do homem moderno só pode ser entendido pela via de superação dos conflitos entre aquilo que é da natureza e aquilo que é da sociedade. Desta forma, o exercício dialético entre o homem natural e o homem civil, exposto na proposta educacional do pensador, revela que a síntese deve realizar-se dimensionando o homem para a sociedade e a sociedade para o homem, como apontamos no decorrer deste estudo.

É isso que o autor deixa claro no *Emílio*. Ao longo de sua formação, essas duas dimensões estão intrinsecamente ligadas, de modo que a formação do homem e do cidadão não é senão o resultado da conscientização social e do amadurecimento do conceito de cidadania a partir da interiorização do educando.

Como vimos, Rousseau, ao observar a vida da sociedade de seu tempo, constatou que o ser humano encontrava-se distante de sua vida originária e principalmente daquilo que lhe é mais característico, a bondade natural. Por isso, a idéia de natureza é fundamental para entender o pensamento de Rousseau a respeito do ser humano, pois a natureza está presente em muitos aspectos da vida do homem primitivo, de modo que a vida deste é totalmente dependente da natureza e, com o advento da vida social, Rousseau ressalta a separação desta relação harmoniosa entre o homem e a natureza.

Consequentemente, embora a vida civil pareça um grande obstáculo à realização plena da felicidade de seu personagem, a crítica de Rousseau visa atingir a organização social de seu tempo, monárquica, desregrada em seu luxo e dissimulação.

Sua contestação é visível em relação à sociedade enquanto esta é contrária à natureza. Com efeito, dada a relevância da relação do homem com a natureza, podemos verificar que antes da instituição da sociedade, o homem natural levava uma vida sem muitas necessidades e isto lhe proporcionava muita tranquilidade, já que não precisava empreender esforços para satisfazer suas necessidades, pois o ambiente natural era rico e abundante naquilo de que ele precisava para sobreviver.

No decorrer deste estudo, pudemos também constatar que o preceptor não prepara seu aluno para ficar isolado, mas para viver entre os seus semelhantes sob os preceitos da benevolência mútua e do respeito às instituições que vierem livre e soberanamente a construir-se. Em outros termos, o cidadão necessita, enquanto viver, de leis, de instituições e de governo. Ademais, para que possa conduzir sua vida de forma autônoma, o homem também necessita – como propõe o projeto de educação de Rousseau – polir seu espírito e preparar-se cada vez mais para dar respostas aos desafios que o processo histórico não cessa de lhe lançar. É isso que entendemos por formação integral do homem e do cidadão. Assim, ao longo das análises que efetuamos da obra do filósofo, pudemos ver em Rousseau uma educação que engloba numa só tarefa o moral e o político através de uma ampla ação de formação humana.

Sem dúvida alguma, a crítica do pensador à sociedade de sua época pode ser transferida também para a nossa sociedade atual, que privilegia a técnica, a eficácia, sem preocupar-se com a formação humana na sua integralidade, assim como pretende o projeto educacional do genebrino.

No *Emílio*, Rousseau fala ao coração e convida a uma reflexão sobre a condição do ser humano. Propõe também uma alternativa educacional de formação integral. O autor tinha consciência de que a tarefa não era fácil. É o que podemos constatar, quando ele declara: “A exemplo de tantos outros, não perei a mão na massa e sim na pena; e ao invés de fazer o que é preciso, esforçar-me-ei por dizê-lo”. (2004, p. 27). Esta talvez seja a tarefa da educação nos dias de hoje: comprometer-se, esforçar-se no desenvolvimento da sensibilidade humana para fazer desabrochar todas as potencialidades da natureza humana.

Pudemos igualmente ver que Rousseau, em momento algum, lutou contra o desenvolvimento da razão humana, mas constatou uma grande discordância que existia

na vida social em relação à natureza íntima do ser humano. Sua postura revela seu grande apreço pela felicidade humana ao verificar que o progresso, antes de aprimorar os costumes e a vida do homem, o torna infeliz. O seu verdadeiro interesse do filósofo era fazer com que a sociedade percebesse que a felicidade da espécie humana é viver a vida coerentemente com a sua própria essência. Por isso Rousseau não teve medo de colocar-se contra o modelo de sociedade da sua época e de tentar precaver o homem contra a decadência moral

Para evitar o colapso da moralidade humana, Rousseau leva o homem a confrontar-se consigo mesmo, demonstrando que ele é o agente responsável pela sua própria história. Com efeito, muitos dos males que atormentam a vida do homem surgiram com o advento da vida em sociedade; esses males inicialmente não existiam. O estado de natureza é analisado por Rousseau como um momento em que o homem, como um ser primitivo, vivia vagando pela terra, em número reduzido, com pouca ou nenhuma necessidade de relacionamento entre os outros homens. A natureza era a fonte de vida e os relacionamentos eram íntegros e sem interesses. Como vimos ao longo deste estudo, Rousseau pressupõe que o homem, para que possa recuperar-se si mesmo, faz-se necessário resgatar algumas das características do homem natural, entre as quais, a compaixão, que é o fundamento da formação moral do homem, o sentimento capaz de criar no homem uma disposição de caráter que faz com que o ser humano possa levar uma vida coerente com o seu ser.

## REFERÊNCIAS

CASSIRER, Ernest. **A questão Jean-Jacques Rousseau**. Tradução de Erlon José Paschoal e Jézio Gutierre, São Paulo: Editora Unesp, 1999, 141p.

DENT, N. J. H. **Dicionário de Rousseau**. Tradução de Álvaro Cabral, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, 249p.

FORTES, L. R. Salinas. Rousseau: **O bom selvagem**. São Paulo: FTD, 1989, 119p.

ROLLAND, Romain. **O pensamento vivo de Rousseau**. Tradução de J. Cruz Costa, São Paulo: Martins Editora, 1975, 135p.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens – Discurso Sobre As Ciências e as Artes**. In. Coleção os Pensadores, tradução de Lourdes Santos Machado, São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997, volume II, 303p.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **O Contrato Social e Outros Escritos**. Cultrix, São Paulo: 1980, 235p.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **O Emílio ou da Educação**. Martins Fontes, São Paulo: 2004, 684p.

STAROBINSKI, Jean. **Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo**. Tradução de Maria Lucia Machado, São Paulo: Companhia das Letras, 1991, 423p.

STRECK, Daniel R.. **Rousseau & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, 95p.